



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo

DIÁRIO

DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 12 de novembro de 2013

Edição 1698 | Páginas: 12

Editado conforme Resolução Legislativa nº 041/08,
c/c Resolução Legislativa nº 002/10

Palácio Antônio Martins, nº 202, Centro | 6ª LEGISLATURA | 46º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSE
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE MELO
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalser Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Ivo Som

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Ivo Som
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Cabral

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalser Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Erci de Moraes
Deputado Coronel Chagas

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Joaquim Ruiz
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputado Célio Wanderley

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalser Renier
Deputado George Melo
Deputado Jean Frank
Deputado Ivo Som

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Marcelo Natanael
Deputada Ângela Águia Portella

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado George Melo
Deputado Erci de Moraes
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Ivo Som
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO	Atos Administrativos	
	Da Presidência: Edital nº 001/2013 - Processo de Escolha de Conselheiro do TCE/RR	2
	Resolução de Afastamento nº 642/2013	3
	Atos Legislativos	
	Ata da 2244ª Sessão Ordinária - Íntegra	3
Ata da 2245ª Sessão Ordinária - Íntegra	7	
	Ata da 16ª Reunião - CPI DA TELEFONIA	12

EXPEDIENTE	GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL
	Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR Telefone: (95) 3623-6665
	ELÂNDIA GOMES ARAÚJO Gerente de Documentação Geral
	VICTOR TAVARES PIRO Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES	As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h
	É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS

DA PRESIDÊNCIA: EDITAIS

PROCESSO DE INDICAÇÃO DE CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RORAIMA EDITAL Nº 001, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Constituição do Estado de Roraima e no seu Regimento Interno, que dispõem sobre o processo de indicação de Membro do Tribunal de Contas do Estado de Roraima pela Assembleia Legislativa, mediante as condições estabelecidas neste Edital, torna pública a abertura do processo para o preenchimento da vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, em face da aposentadoria do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Reinaldo Fernandes Neves Filho, conforme comunicado do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, por meio do Ofício nº 407/2013/PRESI/TCERR, lido na sessão plenária do dia 02 de outubro de 2013.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O processo de indicação será regido por este Edital; pelos arts. 73, 75 e 84 da Constituição da República; art. 46 da Constituição Estadual; Decreto Legislativo nº 007/06 e Resolução nº 022/06, publicados no Diário Oficial do Estado de 17 de agosto de 2006; e executado pela Comissão Especial, criada pela Resolução nº 038/13, publicada no Diário Oficial da Assembleia Legislativa de 25 de outubro de 2013, em conjunto com a Mesa Diretora.

1.2 O processo de indicação será composto pelas seguintes etapas:

1.2.1 Primeira etapa:

- abertura do prazo de dois dias para a apresentação de requerimento pelos candidatos;
- análise das credenciais e do preenchimento dos requisitos exigidos neste Edital, a ser realizada pela Comissão Especial.

1.2.2 Segunda etapa:

- sabatina dos candidatos classificados na primeira etapa, a ser realizada pela Comissão Especial;
- encaminhamento dos respectivos processos à Mesa Diretora, para serem submetidos à deliberação do Plenário.

1.2.3 Terceira etapa:

- apresentação pela Mesa Diretora de Projeto de Decreto Legislativo contendo os nomes dos candidatos que serão submetidos ao Plenário;
- realização da sessão de escolha.

1.2.4 Quarta etapa:

- publicação em forma de Decreto Legislativo do nome escolhido;
- encaminhamento do Decreto Legislativo ao Chefe do Poder Executivo para nomeação.

2 DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

2.1 Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Roraima serão assim escolhidos:

- três, pelo Governador do Estado, cabendo a este indicar um de sua livre escolha, um dentre Auditores e um dentre membros do Ministério Público junto ao Tribunal, necessariamente;
- quatro escolhidos pela Assembleia Legislativa.

2.2 Cabe à Assembleia Legislativa indicar conselheiros para a 1ª, 2ª, 6ª e 7ª vagas e ao Poder Executivo indicar para a 3ª, 4ª e 5ª vagas.

3 DOS REQUISITOS PARA CONCORRER À VAGA DE CONSELHEIRO

3.1 São requisitos para concorrer à vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas Estadual:

- ter nacionalidade brasileira;
- ter mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;
- ter idoneidade moral e reputação ilibada;
- possuir notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;
- ter mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados na letra “d” do item 3.1.

4 DA APRESENTAÇÃO DAS CREDENCIAIS

4.1 Os candidatos à vaga deverão apresentar, nos dias 20 e 21 de novembro do corrente ano, requerimento de inscrição no processo de indicação de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, com a assinatura de pelo menos 1/3 dos Membros da Assembleia Legislativa, vedada a assinatura de mais de seis requerimentos por Deputado.

4.1.1 O requerimento deverá ser acompanhado das seguintes credenciais:

- curriculum vitae*, acompanhado de documentos que comprovem os dados apresentados;
- documentos que comprovem o preenchimento dos requisitos do item 3.1 deste edital;
- certidão negativa de inexistência de condenação junto ao Tribunal de Contas do Estado;
- certidão comprobatória do tempo de serviço em atividade pública, nos termos da letra “e” do item 3.1.

4.1.2 O requerimento deverá ser endereçado ao Presidente da Comissão Especial, via Protocolo Geral da Assembleia Legislativa, no horário das 08h às 18h.

4.1.3 Os requerimentos extemporâneos não serão recebidos pela Comissão Especial.

4.2 O Parlamentar que assinar mais de seis requerimentos, de que trata o item 4.1 deste Edital, terá desconsiderada sua assinatura pela Comissão dos últimos requerimentos que assinar, validando-se os seis primeiros e desprezando-se os demais

4.3 Não será conhecido o requerimento que não contiver a assinatura de pelo menos 1/3 dos Membros da Assembleia Legislativa.

4.4 O candidato, que deixar de apresentar quaisquer dos documentos elencados no item 4.1 deste Edital, será eliminado pela Comissão Especial.

4.5 A apresentação de informações inverídicas ou documentos falsificados implicará na eliminação do candidato pela Comissão Especial.

4.6 A eliminação de qualquer candidato pela Comissão Especial se dará mediante decisão motivada.

4.7 Todos os documentos indicados no item 4.1 somente serão considerados válidos pela Comissão se apresentados, em original, quando for o caso, ou cópia autenticada por tabelião.

5 DA INSTALAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL E SUA COMPETÊNCIA

5.1 À Comissão Especial, criada pela Resolução nº 038/13, compete analisar as propostas apresentadas pelos candidatos e o preenchimento

dos requisitos elencados neste Edital.

5.2 A Comissão é composta por cinco membros e funcionará sob a presidência do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

5.3 Após as análises dos requerimentos e da respectiva documentação, a Comissão publicará edital com a relação dos candidatos que preencherem os requisitos exigidos neste Edital, designando data e horário para a arguição em sabatina.

5.4 Eventual recurso, contra a decisão da Comissão que eliminar candidato por falta de preenchimento dos requisitos exigidos neste Edital, deverá ser endereçado ao Presidente da Comissão Especial, via Protocolo Geral da Assembleia Legislativa, no dia útil subsequente à data da publicação do edital previsto no item 5.3, no horário das 08h às 18h.

5.5 A Comissão terá o prazo de dois dias para a apreciação dos possíveis recursos interpostos.

5.6 Sendo provido o recurso, será publicado edital contendo o nome do recorrente, o dispositivo da decisão e a data e horário para sua sabatina.

5.7 A interposição de recurso não suspende os atos da Comissão.

5.8 Concluídos os procedimentos de análise e arguição, a Comissão Especial emitirá parecer conclusivo e encaminhará os processos à Mesa Diretora.

6. DA ESCOLHA E DA SESSÃO DELIBERATIVA

6.1 Recebido o processo com o parecer, e verificado o atendimento dos requisitos legais, a Mesa Diretora apresentará Projeto de Decreto Legislativo com todos os nomes que serão submetidos ao Plenário.

6.2 Haverá dois escrutínios secretos para escolha dos nomes, ressalvado o caso em que qualquer dos candidatos obtenha a maioria absoluta dos votos no primeiro escrutínio.

6.3 Será considerado escolhido para a vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, o candidato que obtiver a maioria absoluta de votos no primeiro escrutínio.

6.4 Não sendo alcançada a maioria absoluta na primeira votação, apenas os dois candidatos mais votados participarão da segunda.

6.4.1 Havendo empate para a fixação dos participantes em possível segundo escrutínio, serão adotados, pela ordem, os seguintes critérios de desempate:

- a) maior tempo de serviço público;
- b) maior tempo de exercício de mandato eletivo;
- c) maior idade do candidato.

6.4.2 Persistindo o empate, realizar-se-á uma votação em escrutínio secreto apenas com os nomes dos candidatos empatados, sendo classificado para continuar no pleito o candidato mais votado.

6.5 Verificados os nomes dos dois candidatos mais votados, será realizada uma segunda votação, em escrutínio secreto, sendo considerado escolhido o candidato que obtiver o maior número de votos.

6.6 Se houver empate na segunda votação, será declarado escolhido o candidato mais idoso.

6.7 As votações serão secretas e em cédulas únicas, constando em cada cédula o nome de todos os candidatos que serão submetidos à votação.

6.8 Em caso de segundo escrutínio, constarão nas cédulas apenas os nomes dos dois candidatos mais votados no primeiro escrutínio.

7 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 O nome escolhido para a vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Roraima será publicado em forma de Decreto Legislativo e encaminhado ao Chefe do Poder Executivo para nomeação no prazo legal.

7.2 Publicado o ato de nomeação, o Conselheiro será empossado pelo Tribunal de Contas no prazo de trinta dias, permitida a prorrogação por igual período, mediante solicitação do Conselheiro nomeado.

7.3 Todos os atos do processo de indicação serão publicados no Diário Oficial da Assembleia Legislativa, no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação.

Boa Vista, 11 de Novembro de 2013.

DEPUTADO FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

DEPUTADO JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

DEPUTADO REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO E SUPRIMENTOS DE FUNDOS

R E S O L U Ç Ã O N º 642/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **LINDOMAR PEIXOTO COUTINHO**, Diretor do **PROCON ASSEMBLEIA**, Matrícula 011012 e **MANOEL MESSIAS OLIVEIRA FILHO**, Coordenador do **PROCON ASSEMBLEIA**, Matrícula 012097, para viajarem com destino a cidade de Brasília-DF, no período de 19.11 a 22.11.2013, com a finalidade de participarem da IV Reunião na Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor – SENACON com o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 11 de novembro de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2244ª SESSÃO EM 02 DE OUTUBRO DE 2013.

46º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA

ORDINÁRIA

PRESIDÊNCIA DA SENHORA DEPUTADA AURELINA MEDEIROS

(Em exercício)

Às nove horas do dia dois de outubro de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima quadragésima quarta Sessão Ordinária do quadragésimo sexto período legislativo da Sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Convido os Senhores Deputados Brito Bezerra e Joaquim Ruiz para atuarem como Primeiro e Segundo Secretários *Ad hoc*.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Brito Bezerra**) – Senhora Presidente, há quórum regimental para abertura dos trabalhos.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Joaquim Ruiz**) - (Lida a Ata).

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Brito Bezerra**) – O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:

- Ofício nº 2822/13, de 30/09/13, da Casa Civil, encaminhando para análise e aprovação a Mensagem Governamental nº 053, de 30/09/13, com o Projeto de Lei e Anexos que tratam da Revisão Anual do PPA 2012-2015, exercício 2014 e 2015.

- Ofício nº 2823/13, de 30/09/13, da Casa Civil, encaminhando para análise e aprovação, Mensagem Governamental nº 054, de 30/09/13, com o Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2014.

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

- Proposta de Moção de Aplausos s/n/2013, de 19/09/13, do Deputado Jalser Renier, a todos os Secretários e Secretárias pela passagem de sua data comemorativa, dia 30 de setembro, como forma de reconhecimento público pela dedicação, empenho, eficiência e valiosa colaboração.

- Ofício nº 053/13, de 01/10/13, do Deputado Jean Frank, justificando sua ausência à Sessão Plenária nos dias 24 e 25 de setembro de 2013.

RECEBIDO DO TRIBUNAL DE CONTAS:

- Ofício nº 407/13, de 01/10/13, do Tribunal de Contas de Roraima, informando sobre a vacância do cargo de Conselheiro deste Tribunal, em face da aposentadoria do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Reinaldo Fernandes Neves Filho.

Era o que constava do expediente, Senhor Presidente.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Brito Bezerra**) – Proceda à Chamada.

O Senhor Deputado **Ivo Som** – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, plateia, servidores da Casa, boas-vindas a todos. Gostaria de lembrar esta Casa que o Senado Federal e a Câmara Federal discutiram, ontem, amplamente e querem resolver a situação do voto aberto esta semana. Assistindo ontem à entrevista do Presidente do Senado, fiquei sabendo que para cassação de Senadores e Deputados Federais, a CCJ já aprovou por unanimidade o voto aberto. O Senado queria sair na frente e, como na Câmara Federal havia mais duas emendas à PEC do voto aberto, eles estão aguardando até ao máximo amanhã, dia três, para que a Câmara envie a PEC como está ou com emendas para darem “o martelo” final. Gostaria de lembrar mais uma vez que, de minha autoria, assinado por mais 24 Deputados, foi aprovado Requerimento, no qual a assessoria desta Casa me pediu para que fizesse uma PEC. Fomos a busca de informações em vários Estados, entregamos a PEC dentro de toda modificação oficial, à época, solicitada pelo Deputado Ionilson, a quem quero agradecer pelo apoio. Estou aqui pedindo, Senhora Presidente. Acredito na Mesa Diretora desta Casa, e o Presidente Chico Guerra disse que até o dia 20 deste mês iria pôr em votação a PEC de minha autoria. O Senado Federal está fazendo uma mudança e diz que vai valer de vereador a senador, mas as câmaras e as Assembleias deverão fazer suas adequações. Resumindo: se lá já foi aprovado o voto aberto para cassação de mandatos, temos que ver se vai valer para todos. O Presidente Calheiros foi bem claro. Cabe às Câmaras Federais e às Assembleias se adequarem após a aprovação da PEC. Quanto ao exemplo que ele deu de a indicação de ministro ser votada no plenário, ser fechada ou aberta, nós também podemos rever aqui. Queremos dizer aos Deputados que se sintam à vontade, se tiverem alguma emenda para apresentar, apresentem. Por volta de sete a nove Estados, já aderiram o voto aberto desde 2012 em suas assembleias. Eu presenciei em Manaus algumas sessões de voto aberto. Entendo que este é um projeto em que a sociedade brasileira clama pelo voto aberto. No Rio de Janeiro, quando os professores adentraram na Câmara Municipal, o primeiro pedido foi para que todas as suas reivindicações fossem votadas abertamente. Isso mostra que a sociedade está de parabéns. Assim, vamos fazer com que cada vez mais o voto aberto se torne legítimo para que o eleitor saiba o que estão fazendo os seus parlamentares. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhoras e senhores aqui presentes no Plenário. Ontem, fiz um pronunciamento sobre a importância da presença da Ministra Ideli Salvatti na Folha e, um internauta que tem uma grande credibilidade perante a opinião pública do nosso Estado, uma pessoa chamada, Aquino, Presidente de uma associação que engana os funcionários do ex-território, criticou-me. Alegou que eu estava fazendo média, querendo aparecer porque estava próximo do período eleitoral. Primeiro, em nenhum momento eu disse que eu iria falar com a Ministra, longe disso, porque não sou Presidente da Casa e nem faço parte da Mesa. A proposta que fiz aqui, foi a de que a Assembleia Legislativa preparasse um documento assumindo sua posição em relação ao problema que o Deputado Brito e alguns deputados já levantaram sobre o fechamento da BR-174, rodovia Panamericana que integra a América do Sul e a América Central, e que colocasse o nosso posicionamento em relação à produção da cana de açúcar em escala industrial nos campos naturais do nosso Estado de forma a não afetar o meio ambiente. Já que Roraima é diferenciado dos outros estados que forma a Amazônia Ocidental.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra – Deputado Joaquim Ruiz, quero aqui parabenizar mais uma vez Vossa Excelência pelo valioso pronunciamento de ontem, apartei seu pronunciamento, e Vossa Excelência sugeriu à Mesa Diretora com muita propriedade. E digo mais: seria papel da Mesa Diretora desta Casa trazer para si essa problemática e levar até a Ministra Ideli

Salvatti, que é das Relações Institucionais do Governo Federal que vai estar aqui a convite da Senadora Ângela Portela, que também tem um comprometimento com o nosso Estado, principalmente com a questão fundiária quando da aprovação do Código Florestal. Essa questão da fronteira e da produção de cana de açúcar no lavrado precisa ser resolvida e o que Vossa Excelência trouxe aqui é mais do que importante. É essencial para que o nosso Estado possa realmente desenvolver e trazer dignidade para a sociedade roraimense.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua – Obrigado, Deputado Brito Bezerra. Concedo um aparte ao Senhor Deputado Ivo Som.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ivo Som – Obrigado, Deputado. Só resumindo: se Vossa Excelência quiser, pode pegar uma cópia desse documento que foi redigido na íntegra e sequer, uma vírgula, foi colocada diferente do que Vossa Excelência falou ontem. O Deputado Joaquim Ruiz foi o segundo orador na Sessão de ontem e fez um apelo a Casa para elaborar um documento com todas as demandas do Estado para ser entregue a então Ministra de Relações Institucionais do Governo Dilma, Ideli Salvatti, que estará em visita a Roraima nesta sexta-feira juntamente com um grupo de técnicos dos Ministros para uma reunião no interior do Estado. Está uma proposta da Senadora Ângela Portela, do PT de Roraima. Dentre outros assuntos pertinentes, há a PEC 111, destacada por Joaquim Ruiz com os apartes do Deputado Ivo Som, apoiando a proposta do parlamentar a esta Casa. Então, eu quero lhe parabenizar porque Vossa Excelência tem mostrado cada vez mais coragem. Às vezes um jornalista quer tentar mudar o rumo das informações e age até de má fé, mas, Vossa Excelência tem propriedade para buscar cada vez mais a melhoria deste Estado. Parabéns a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua – Obrigado! Concedo um aparte ao Deputado Célio Wanderley.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Célio Wanderley – Ontem eu ouvi o seu pronunciamento, e quero dizer que a sua postura aqui na Assembleia tem sido sempre coerente e em defesa do Estado, com discurso pertinente em assunto que Vossa Excelência domina como ninguém. Mais do que nunca tem feito pronunciamentos com base nas necessidades eminentes do nosso Estado. Bobo é quem pensa que, se nós não resolvermos o gargalo que hoje se apresenta em nosso Estado, teremos condições de nos desenvolver mais adiante. Todos sabem das dificuldades que hoje enfrentamos, porque a população deste Estado tem aumentado consideravelmente, ao contrário do setor produtivo, que tem sido afetado em função dessas áreas demarcadas, e pela questão do zoneamento. Como o Deputado sabe, no zoneamento foram destacadas as áreas de campo. A empresa Bio Capital, tentou implantar uma usina de Cana de Açúcar, mas, mesmo com o financiamento liberado, antes de o Decreto sair, ela foi impedida. Então, nós precisamos que esses questionamentos sejam feitos. O Estado de Roraima precisa mais do que nunca de uma matriz de desenvolvimento não só baseada na pecuária, mas na produção de grãos, cana e insumos para que possamos buscar os recursos necessários para atender a população. Vemos a questão dos professores, as reivindicações dos funcionários da Secretaria de Saúde, Polícia Militar e demais setores, as quais para serem atendidas precisam de arrecadação. Para atender as necessidades legítimas dessas pessoas e para ter recursos, é preciso que o Estado produza, pois só com recurso do contracheque é impossível. As dificuldades são cada vez maiores. Então, quero parabenizá-lo e dizer a Vossa Excelência que não se incomode com isso, porque há pessoas que não gostam deste Estado, e que estão preocupados, não com o que você está fazendo, mas em lhe atrapalhar. Eu tenho experiência e quando vejo uma crítica atribuída a mim neste sentido, ela entra e sai na mesma velocidade. Vossa Excelência é um Deputado por quem tenho profundo respeito. Nós precisamos de Deputado como Vossa Excelência nesta Casa. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua – Eu não vi durante esta semana, ninguém que tenha presidido a Casa ou secretariado, ler algum ofício convidando a Assembleia para participar desse grande evento, no qual serão discutidos vários temas de interesse do Estado. Por isso trouxe esse problema para o debate, para que possamos Deputado Erci, preparar um documento. Vou até mais além, Senhora Presidente: que a Mesa da Casa constitua uma Comissão de Deputados, independente de correntes ideológicas ou de cor partidária, que represente o Poder Legislativo e essa pauta, não só do que coloquei, mas de todos os problemas que afligem Roraima. Algumas pessoas pensam que a Ministra Ideli seja do terceiro escalão, mas ela é primeira Ministra do Brasil, porque é quem despacha, diariamente com a Presidente, faz o eixo político entre o Executivo, o Legislativo e o

Judiciário, e a Ministra de Relações Institucionais do País. Se ela vai estar aqui o dia todo, haverá uma pauta de discussões com áreas técnicas dos mais de seis Ministérios de nosso país e nós temos essa pauta. Temos vários problemas, como o zoneamento que o Deputado Gabriel colocou; produção da cana em área de campos naturais, as demarcações, a BR 174, o desenvolvimento do Estado, o problema fundiário, que se agravará mais se não encontrarmos uma solução. Pois querem ampliar vários espaços, onde muitas vezes, já deve haver, inclusive, colonos ou pequenos produtores. Então, o meu posicionamento é de que a Assembleia crie uma Comissão e se posicione, mas diga aquilo que o povo, em várias audiências públicas, discutiu aqui.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhora Presidente, quero parabenizar o seu pronunciamento e gostaria que fosse com intuito de colaborar, pois se esse documento sair aqui desta Casa, que se inclua nele a insatisfação do povo de Roraima com a criação e ampliação de mais reservas indígenas. Nosso Estado não aguenta mais, já demos o que podíamos e há outros Estados no Brasil para que busquem essa diferença. Então, era isso que eu gostaria de colocar, porque nas audiências públicas das quais participamos, não ouvimos nenhuma pessoa falar favoravelmente a respeito das demarcações, ampliação de reservas de conservação ou de reservas naturais. Então, gostaria que fosse entregue à Ministra para que levasse à Presidente nossa insatisfação.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua – Senhora Presidente, veja bem, o Governo Federal libera recursos para que a gente implante o SAMU e sua estrutura. O SAMU está montado em todos os municípios do Estado de Roraima. Tenho dados. Vejo o Deputado Brito falando com veemência, nesta Tribuna, sobre a situação da saúde no Estado. É verdade. Peguei os dados, depois da instalação do SAMU em todos os municípios. Diariamente, Deputado, são atendidos, via urgência e emergência dos municípios, mais ou menos 17 casos. Muitos desses casos são ameaba, pois, a baixa complexidade não funciona, fazendo com que o sistema de urgência e emergência do nosso hospital sobrecarregue. Precisamos colocar, nós precisamos de recursos para a saúde para ampliar nossa estrutura. O Estado se endividou para colocar 47 milhões na ampliação da saúde pública, o que poderia, hoje, ser liberado pelo Governo Federal, mas não foi. E o que acontece agora, Deputado Brito, com o SAMU em todos os municípios? Qualquer tipo de dor, se não há um médico especialista, vai ser tratada no hospital de urgência e emergência e, muitas vezes, poderiam ser tratadas na ponta. Esse é um exemplo do quanto é importante se discutir o problema da saúde no nosso Estado. Nós somos diferentes, recebemos aqui, Deputado Brito, em média, na alta e média complexidade, 50 irmãos venezuelanos e guianenses por mês, os quais não entram no sistema SUS, mas recebemos, também, mais de 40 irmãos venezuelanos e guianenses que tiraram a carteira do SUS. Quer dizer, se você fizer um cálculo em nossa região fronteira, há aproximadamente 700 pessoas que não são brasileiros, mas buscam a nossa saúde porque ela é melhor do que a saúde da fronteira da Venezuela e da Guiana. Eles têm a carteira do SUS e os médicos não podem negar o atendimento, mas estamos tirando a oportunidade dos brasileiros, o que não é bom, mas também não é justo deixarmos de atender os nossos irmãos vizinhos.

Aparte concedido à Senhora Aurelina Medeiros – eu acho que estou meio alienada, pois, não sabia sequer da visita da Ministra. Como a Assembleia fica à parte das questões, acho que não deve ter sido convidada para participar.

Eu discuto muito o fato de termos uma lei que transferiu as terras para o Estado e o “cachorro não larga o osso”. O Governo Federal não consegue até hoje que se efetive uma lei promulgada há 20 anos. Zoneamento econômico ecológico não tem nada a ver com demarcação de novas áreas, é a indicação da aptidão agrícola, climática, de solos, de fauna. Destas, estão previstos a cana de açúcar e o dendê. A aptidão deve ser indicada em áreas de reserva indígenas, enfim, em todo lugar. Mas é chantagem do Governo Federal com este Estado condicionar a aprovação do zoneamento à demarcação de destaque. Isso é outra questão referente, a demarcação de novas reservas. Eu acho que deveríamos como somos 24 Deputados, fazer um movimento, algo para chamar a atenção porque mais uma vez este Estado está sendo chantageado. Pelo menos esse recado a gente deveria mandar. Se não houver um documento consolidado do Poder Legislativo, uma comissão, que todos nós possamos chegar e invadir um espaço e dizer que queremos nos posicionar com relação ao zoneamento do Estado de Roraima. Muito obrigada!

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua – Para encerrar,

gostaria de lembrar o discurso do Deputado Flamarion sobre o exército. Deputado Flamarion, seria uma oportunidade ímpar, para que todas as estradas dos projetos de assentamentos do INCRA, no nosso Estado, fossem feitas pelo 6º Batalhão de Engenharia. Reduziria custos, atenderia o ano todo, porque eles detêm tecnologias que não temos, estaríamos chamando mais soldados e qualificando mais gente, quando da convocação obrigatória para o alistamento de jovens que completaram dezoito anos.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Senhor Deputado, vi a matéria hoje nos jornais sobre o possível convênio entre o Governo do Estado e o Exército, e, nesse ponto em particular, discordo do nosso colega Deputado Flamarion. Em primeiro lugar, pela credibilidade que tem o exército, já que realmente o Governo do Estado se perdeu nesta questão da regularização fundiária. Foi um desastre, digo com todas as letras, foi um desastre a gestão do Governo do Estado em relação à regularização da questão fundiária, depois do decreto de transferência dessas terras. Infelizmente ou felizmente, acredito que só o Exército pode dar credibilidade ao ITERAIMA, que, se está fazendo isso com o intuito de esconder alguma coisa, acho que não tem mais jeito, porque os erros que cometeram já estão todos sendo apurados. Não vejo outro caminho, pelo menos em curto prazo, para resgatar um pouco da credibilidade que o ITERAIMA perdeu, junto com o Governo do Estado, nessa condução da regularização fundiária, que não seja o exército. As instituições militares são respeitadas, têm credibilidade diante da sociedade e acredito que eles não iriam para lá para esconder nada. Acredito que fariam um trabalho de forma técnica, correta e a partir daí, sim, as responsabilidades seriam apuradas. Tenho certeza de que não tem mais jeito, pois estão sendo investigados pelo Ministério Público Estadual e pelo Ministério Público Federal. Quem errou, com certeza vai pagar. Obrigado.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua – O objetivo do meu discurso ontem e da minha presença hoje aqui na tribuna é para que tenhamos consciência da importância da vinda da Ministra ao nosso Estado. Mais que isso, que tenhamos consciência de que esta Casa deve tomar uma posição e elaborar um documento sobre alguns pontos que levantei. Inclusive sobre o que o Deputado Flamarion falou ontem em darmos essa oportunidade ao exército de cuidar das nossas estradas, principalmente nos projetos de assentamentos, os quais são caros para o Governo do Estado, que precisou buscar empréstimos para recuperação de várias vicinais. Poderíamos aproveitar a presença da Ministra para viabilizar recursos para o INCRA para que o exército execute a recuperação das estradas dos projetos de assentamentos no nosso Estado. Então, meu objetivo na tribuna hoje é esse, para que a Assembleia tome uma posição e coloque todos os problemas que estamos passando para alguém que não conhece a nossa realidade. O que é mais lamentável, é que a maioria dos brasileiros não conhece a região Amazônica. Nós conhecemos suas regiões, e, eles, com todo estudo que têm, não têm interesse em conhecer nossa Amazônia, porque a grande mídia faz uma propaganda contrária ao desenvolvimento da nossa região. Obrigado.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhora Presidente, caros colegas Deputados, membros dos meios de comunicação, amigos que nos acompanham nesta Sessão Plenária, nosso cordial bom dia.

Senhor Presidente, venho a esta Tribuna hoje para trazer algumas ponderações e contrapontos ao pronunciamento feito ontem pelo Deputado Flamarion Portela, especificamente sobre a questão da regularização fundiária.

Todos sabem a luta do Estado de Roraima, o trabalho dos governos que passaram à frente do Executivo Estadual buscando a transferência das terras da União para o Estado após a transformação de Território. Muitos tentaram e fracassaram Presidente Aurelina, mas foi recentemente no Governo Anchieta, após uma ampla articulação política da qual participaram a bancada federal, o Governador do Estado, Deputados desta Casa e técnicos para convencer o Governo Federal sobre transferências das terras em 2007/2008.

Nós sabemos e todos sabem aqui o quanto foi difícil essa conquista, muitos conflitos de interesses. Muitos estavam na oposição em Brasília, mas aconteceu uma articulação política fantástica e algumas glebas foram transferidas. Depois disso, iniciou-se o processo de titulação dessas terras e agora, mais recentemente, surgiram denúncias de irregularidades na emissão de títulos por parte do ITERAIMA. É bom frisar que nessa questão, Deputado Ionilson, deve se separar o joio do trigo. Não se pode confundir, Deputado Ivo Som, aquele cidadão que trabalha, tem a posse, quer investir no Estado, adquiriu terras e depois entrou com o processo de regularização no ITERAIMA com os grileiros.

Não se pode confundir isso com outros interesses, Deputado George Melo, não se pode pegar pessoas de bem e jogar tudo num balaio só com alguns que efetivamente possam ter cometido algumas irregularidades.

O Governo do Estado, tomou diversas providências assim que foi informado sobre essas denúncias.

Ontem peguei apenas uma parte do pronunciamento do Deputado Flamarion Portela e acabei não conseguindo me manifestar, até porque muitos pediram apartes. Fiquei triste com o Deputado, e com todo respeito que tenho pelo parlamentar, pela sua vivência política, discordo da afirmação de que o Exército poderá ser usado para disfarçar irregularidades. Ora, minha gente, o Exército Brasileiro é uma das, senão, a instituição com maior credibilidade no nosso País. Aqui mesmo no nosso Estado, nessa legislatura, duas importantes unidades do Exército Brasileiro, receberam a Comenda “Orgulho de Roraima”, em Votação unânime, primeiro o 7º Batalhão de Infantaria de Selva e agora, recentemente o 6º Batalhão de Engenharia de Construção. O Deputado Flamarion Portela afirma que o Governo do Estado nunca lembrou do exército para fazer nenhum trabalho e que é uma grande preocupação o fato de o exército entrar nesse processo de regularização. Não consigo entender, passei ontem e hoje a buscar uma lógica nisso, porque se há denúncias, se há irregularidades, estão sendo apuradas pela Polícia Federal e Ministério Público Federal, que são instituições de mais alta credibilidade deste país. O Governo do Estado saneia e modifica a direção do ITERAIMA, começa a tomar providências, a separar o Joio do trigo, abre as portas para a Polícia Federal, entrega toda documentação. - porque se houver alguma irregularidade, vamos apurar e punir. Chama uma instituição que tem o maior índice e percentual de credibilidade em nosso país para auxiliar nesse papel e acabar com aqueles conflitos sobre posição, por exemplo, e Deputado Flamarion diz que o exército será usado. O exército não tem como ser usado, pois é uma instituição preparada com profissionais do mais alto gabarito. Deputado Flamarion, tenho aqui em minhas mãos, documentos do Governo anterior ao atual, os quais celebram parceria entre o Governo do Estado por intermédio da Secretaria de Planejamento do Estado e o Comando do Exército, por intermédio do Departamento de Ciências e Tecnologia. Isso visou transferência dos processos, metodologia de administração e confecção das cartas topográficas e de imagens por satélite para o detalhamento socioeconômico da Região do Baixo Rio Branco. Uma parceira que o Governo do Estado tem com exército por acreditar na seriedade e competência dessa instituição. Portanto, na situação em que se encontra o ITERAIMA, com as denúncias que estão sendo apuradas, não poderia haver uma instituição mais certa para fazer esse serviço que não o exército brasileiro.

Aparte concedido ao Senhor Deputado George Melo – Deputado Chagas, obrigado pelo espaço. Preocupa-me muito o fato de que antes essa Casa pautava o Jornal da Folha, mas agora é o contrário, são as matérias da Folha quem vêm pautar a nossa Casa. Ora, já foi dito aqui inúmeras vezes que a Polícia Federal está com os documentos, a não ser que a oposição não acredite na competência da Polícia Federal para fazer o trabalho e queria que esta Casa o fizesse. Agora, momento em que o ITERAIMA passa por uma reestruturação, vê uma enorme preocupação da oposição, a qual ontem ficou muito clara com a fala do Deputado Flamarion; a oposição torce para que as coisas deem errado. Quando o Governo acerta em chamar o exército para que esse trabalho seja feito de forma clara, a oposição coloca dedos para quê? Para que o exército desista do serviço! Para que o Estado continue sangrando! Eu acho que essa reflexão precisa ser feita aqui. O Deputado Flamarion já foi Governador e está pagando um preço hoje porque não sabia de tudo. Inclusive, foi publicado outro dia no jornal que ele foi condenado porque não sabia de tudo o que acontecia no seu governo. E eu, conhecendo o Deputado Flamarion como conheço, sei que ele jamais aceitaria esse tipo de ação. Então, acho que esse debate secou. Acredito que a Folha de Boa Vista vai conseguir pautar discussões aqui dentro. Gostaria de colaborar com sua fala, deixando este registro nesta manhã de hoje. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Coronel Chagas continua. – Deputado George Melo, eu que agradeço o seu aparte que, com certeza, vem preencher o objetivo que queremos alcançar com o nosso pronunciamento. Então, agradeço a sua contribuição.

Aparte concedido à Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Bom, Deputado, eu não estava ontem aqui na Sessão, mas li a notícia hoje no jornal. Pode ter certeza de que fiquei muito feliz, quando vi que o Exército brasileiro iria contribuir com a regularização das terras,

até porque o processo de transferências das terras do Estado de Roraima foi muito doloroso. Participei intensamente desse processo e sei que o maior aliado do Estado de Roraima à época das transferências, que ficava ao lado dos nossos técnicos era o Ministério da Defesa. Pela sua preocupação, como guardião das nossas fronteiras, eles eram partidários de que Roraima deveria ter suas terras e cuidar do seu pedaço do Brasil. Inclusive, estavam sendo expulsos por forças internacionais das nossas fronteiras e foram impedidos de implantar batalhão no Uiramutã. Mesmo assim, eles eram nossos aliados naquele momento, numa luta intensa para as transferências das terras.

Não sei se todos sabem, mas o nosso grupo de geotecnologia na SEPLAN é coordenado por um coronel do Exército. E toda a cartografia do Estado de Roraima, que existe hoje, nacionalmente reconhecida, foi feita com auxílio do pessoal de cartografia do Exército Brasileiro, inclusive o nosso Coronel está lá até hoje trabalhando. Vou aproveitar para falar sobre o panfleto que ontem estava circulando nas redes sociais com relação aos Deputados. Nem lembro direito qual era o título, mas constava nele o nome de 17 Deputados, ou seja, uma divulgação muito ruim, que contou inclusive com a participação de servidores desta Casa, condenando a não criação da CPI. Sempre disse algumas vezes aqui que a CPI e a Assembleia não podem agir simplesmente com a visão político-partidária. Todos nós sabemos que quando a Polícia Federal e o Ministério Público Federal foram ao ITERAIMA, não tinham sequer mandado de busca e apreensão para todos os processos que ali estavam. Porém o Estado abriu as portas e hoje acho que todos os processos que existem no ITERAIMA estão com esses órgãos responsáveis. Uma prova incontestada de que o Governo reconhece essas instituições e aceita que, se houve erros, que sejam revistos e se há culpados, que sejam punidos. A ajuda do Exército brasileiro nesse momento sela esse pensamento e compromisso do Estado de fazer frente à má vontade do Governo Federal com relação à transferência de terras, que não ocorreu até hoje, burlando a lei aprovada pelo legislativo brasileiro e não por nós. Somos um osso que um cachorro maior não quer largar. Até hoje o Governo Federal diz que a transferência de terras tem pré-condicionantes. Então, a ajuda do Exército nesse momento é uma prova de que gostamos deste Estado e continuamos a luta em prol do pedaço de torrão que queremos defender. Se há erros, em envolver o Exército, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal que são órgãos de controle e de investigação policial com mais competência que a Assembleia, vão nos ajudar a verificar até onde erramos e até onde podemos consertar.

O Senhor Deputado Coronel Chagas continua – Vossa Excelência sempre traz informações que enriquecem nossos pronunciamentos, em especial nesse caso. O Exército repassou 139 arquivos digitais de cartas topográficas do Estado de Roraima, o coronel do exército está lá na SEPLAN trabalhando nisso. Não poderia haver uma instituição mais séria, competente, que demonstrou ter compromisso com o Estado para contribuir com esse processo. Outro ponto sobre o qual quero falar é a matéria da Folha afirmando que o nosso vice-governador teria ido à Polícia Federal tentar convencer de que os erros cometidos em alguns processos eram protocolares. Ninguém mais que o vice-governador tem interesse de que as coisas sejam apuradas, jamais iria para lá com um propósito desses. Pois não está medindo esforços para encontrar processos que tenham irregularidades e declará-los nulos. O vice-governador tem compromisso com este Estado, com a verdade, com o desenvolvimento e sabe que a questão fundiária é condição sine qua non para que o Estado de Roraima cresça, se desenvolva, gere renda, crie emprego. Ele jamais se prestaria a esse serviço, pelo contrário, tem o maior interesse de que essas coisas sejam apuradas. Essas são as palavras dele. Fico muito tranquilo em saber que o Exército Brasileiro vai trabalhar com seriedade. Em nenhum momento da história deste país, desde o Império até a República Nova, nunca se deixou usar. É o guardião do nosso país e jamais se prestaria a um serviço como esse que Vossa Excelência sugeriu. Não podemos antecipar as eleições de 2014. Agora nós temos que tratar do crescimento do nosso Estado, de tirar os gargalos, dar tranquilidade e segurança jurídica às pessoas que querem investir aqui, para que não dependamos mais do contracheque, para que haja geração de emprego no campo e na cidade. Não vamos transformar essa questão fundiária em palanque eleitoral gente, isso não serve ao povo de Roraima. Roraima é maior que isso. Nós precisamos é dar segurança jurídica aos investidores e não é com esse tipo de posicionamento que vamos conseguir. É este meu desabafo. Entendemos o espírito democrático, os posicionamentos, mas peço que façamos esta reflexão e não nos permitamos colocar o exército

brasileiro sob dúvida, pois fará um trabalho sério para o bem do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Não havendo mais orador, passamos para Ordem do Dia.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda a verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Brito Bezerra**) – Senhor Presidente, não há quórum.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Não havendo quórum para deliberar matérias da Ordem do Dia, passamos para Explicações Pessoais.

Não havendo quem queira usar do expediente de Explicações Pessoais, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 03 de outubro, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanel, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria e Remídio Monai.**

Aprovada Ata Sucinta em: 03/10/13

ATA DA 2245ª SESSÃO EM 03 DE OUTUBRO DE 2013.

46º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA

ORDINÁRIA

PRESIDÊNCIA DA SENHORA DEPUTADA AURELINA MEDEIROS

(Em exercício)

Às nove horas do dia três de outubro de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima quadragésima quinta Sessão Ordinária do quadragésimo sexto período legislativo da Sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Convido o Senhor Deputado George Melo para atuar como Primeiro Secretário *ad hoc*.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**George Melo**) – Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura dos trabalhos.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) - (Lida a Ata).

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**George Melo**) – O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDOS DO DEPUTADOS:

.Indicação s/n/2013, de 30/09/2013, da Deputada Aurelina de Medeiros, para recuperação de vicinais: 01, 02, 04 e 05 do PA Integração – no Município de Rorainópolis.

.Indicação s/n /2013, de 30/09/2013, da Deputada Aurelina de Medeiros, para recuperação da estrada de acesso à colônia Serra Grande I – Município de Cantá.

.Indicação s/n/2013, de 30/09/2013, da Deputada Aurelina de Medeiros, para recuperação de vicinais: 04,08 e 11 – Entre Rios – no Município de Caroebe.

.Indicação s/n/2013, de 30/09/2013, da Deputada Aurelina de Medeiros, para recuperação das vicinais: 03 e 13 em Campos Novos – Município de Iracema.

.Indicação s/n /2013, de 30/09/2013, da Deputada Aurelina de Medeiros, para recuperação das vicinais 01 confiança III, 02 confiança II, 01, 05,07 E 7A – Tatajuba, 3,6 e 7 – confiança III – Município de Cantá.

.Indicação s/n /2013, de 30/09/2013, da Deputada Aurelina de Medeiros, para recuperação das vicinais: Altamira chega com jeito, Rancho Fundo, vicinais 02 e 03 de Samauma – no Município de Mucajaí.

.Indicação s/n/2013, de 30/09/2013, da Deputada Aurelina de Medeiros, para recuperação das vicinais: Canta Galo e Serra Dourada – no Município de Mucajaí.

.Indicação s/n/2013, de 30/09/2013, da Deputada Aurelina de Medeiros, para recuperação da estrada que dá acesso à vila vilena – no Município de Bonfim.

.Indicação s/n/2013, de 30/09/2013, da Deputada Aurelina de Medeiros, para a reforma e ampliação da Escola Tenente João Azevedo – Nova Colina – no Município de Rorainópolis.

.Indicação s/n/2013, de 30/09/2013, da Deputada Aurelina de Medeiros, para recuperação das Escolas: José Mouticone e Venceslau Catossi – Município de Mucajaí.

.Indicação s/n/2013, de 30/09/2013, da Deputada Aurelina de Medeiros, para recuperação das Escolas: Genira Brito, Arnaldo Brandão, José Aureliano – no Município de Cantá.

.Indicação s/n/2013, de 30/09/2013, da Deputada Aurelina de Medeiros, para a reforma e ampliação da Escola Nova Esperança – Vila Samaúma – no Município de Mucajaí.

RECEBIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:

.Ofício nº 343/2013, de 01/10/2013, do Ministério Público de Contas, solicitando informação acerca das nomeações realizadas até a presente data para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas Estadual.

RECEBIDO DO TRIBUNAL DE CONTAS:

.Ofício nº412/2013, de 01/10/2013, do Tribunal de Contas de Roraima, encaminhando o Relatório da Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2013, para efeito de acompanhamento junto ao FIPLAN.

EXTERNOS:

.Ofício nº 343/2013, de 01/10/2013, dos Narcóticos Anônimos, informando sobre a existência de nossa irmandade, e convidando para participar de uma Reunião de Informação à Comunidade, que acontecerá na videoteca do Palácio da Cultura, no dia 11 de outubro, às 09horas.

.Ofício nº 203/2013, de 01/10/2013, da Ordem dos Advogados do Brasil, convidando para participar junto a Comissão designada para analisá-lo, ofertando sugestões, contribuindo para seu aperfeiçoamento, tendo em vista ser esta Instituição um dos sustentáculos da justiça, nos moldes consagrados na Carta Magna de 1988.

.Ofício nº330/2013, de 30/09/2013, da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, agradecendo pelo apoio que nos foi dispensado para realização do I Seminário em Educação de Jovens e Adultos Privados de Liberdade e Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Social: prevenção e reinserção no enfrentamento da violência.

Era o que constava do expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa e todos aqui presentes, o que me trás à Tribuna hoje são essas manifestações que foram deflagradas pelos indígenas para que a PEC 215 não vá ao Plenário para aprovação no Congresso Nacional. Hoje no Jornal Folha de Boa Vista, a matéria diz que: “índios fecham a BR-174, em protesto à PE 215”; no Jornal Roraima Hoje, a matéria diz que: “índigenas bloqueiam a BR-174, sentido Pacaraima”; no Jornal de Roraima “índios interditam BR-174 sentido Norte, por doze horas, em protesto contra a PEC 215”. Achei interessante, Senhora Presidente, a matéria do Jornal de Roraima, e gostaria de ler um pouco para vocês a matéria assinada pelo Senhor José Maria Souza: Pressão, tumulto, tensão e insulto, essas ações marcaram as primeiras doze horas das manifestações indígenas de Roraima contra a PEC 215. Ontem centenas de índios de doze etnias do Estado interditaram a BR-174, acerca de 190 Km de Boa Vista, na Comunidade Sabiá, terra indígena São Marcos. Troncos de madeiras, pneus e ativistas em apoio às causas indígenas ajudaram a impedir o tráfego dos veículos na pista. A longa espera na rodovia e a discordância entre índios e brancos resultaram em acirradas discussões. A rodovia é federal e como o brasileiro tem o direito de ir e vir, no meu país, eles podem realizar protesto em outros locais, sem prejudicar famílias e crianças que estão há horas sem alimento e impossibilitados de seguir viagem, reclamou Eleno Amorin, 32 anos, aguardando há oito horas a liberação das vias. Para os indígenas, a legitimidade da manifestação é incontestável, estamos em nossas terras e a lei nos garante o direito de realizarmos ato público e manifestação. Não estamos ferindo o direito de ninguém, já conseguimos a suspensão da PEC 215, queremos o arquivamento. Hoje é um dia histórico para nós. Foi uma das manifestações desses líderes indígenas aqui no Jornal de Roraima.

Senhora Presidente e Senhores Deputados, vejam bem, o que prever a PEC 215. A PEC é de autoria de um Deputado Federal, Ex

Deputado de Roraima, Sá Cavalcanti. Ele propôs em 2000. A PEC é um Projeto de Emenda à Constituição Brasileira. Gostaria de ler a ementa: “Acrescenta o inciso XVIII ao artigo 49, e modifica o parágrafo 4º e acrescenta o parágrafo 8º, ambos no artigo 231 da Constituição Federal, apenas a Proposta de Emenda à Constituição nº 153, de 1995”. As Mesas da Câmara Federal e do Senado Federal, nos termos do artigo 60 da Constituição Federal, promulga a seguinte emenda: “acrescenta ao artigo 49 um inciso, após o inciso XV, renumerando os demais. Artigo 49: é da competência exclusiva do Congresso Nacional aprovar as demarcações das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e ratificar as demarcações homologadas. O artigo 2º do parágrafo 4º do artigo 231 passa a vigorar com a seguinte redação: artigo 231: “as terras de que trata esse artigo, após a respectiva demarcação aprovada ou ratificada pelo Congresso Nacional, são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre ela imprescritíveis. Os critérios e procedimentos de demarcações das áreas indígenas deveram ser regulamentados por lei. Enfim, o Projeto de Emenda à Constituição prevê que novas demarcações de terras indígenas em todo território nacional devem ser votadas pelo Congresso Nacional, ou seja, devem ser instituídas por lei e não por decreto. Por decreto como hoje funciona é simplesmente a identificação da área, demarcação e depois a homologação. A identificação feita pela FUNAI e pelo Ministério da Justiça a demarcação e homologação feita pela Presidência da República, conforme o decreto 1775 de 96, ou seja, o Ministério da Justiça, a FUNAI e Presidência da República identificam que as áreas então pleiteadas pelos indígenas. Elas devem ser identificadas, demarcadas e homologas. Aconteceu aqui no nosso Estado com várias terras indígenas que foram instituídas por decreto e o nosso Estado hoje sofre com mais de 46% de áreas indígenas destinadas para pouco mais de 22 mil indígenas que hoje vivem morrendo de beribéri; outros vivem na periferia de Boa Vista no próprio lixão como a imprensa nacional já mostrou depois da demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol. Nós temos pouco mais de 110 milhões de hectares, destinados a todos os indígenas do Brasil. Desses dez milhões, trezentos e quarenta mil, trezentos e dezessete hectares são aqui no Estado de Roraima, ou seja, 10% das áreas indígenas do Brasil estão no Estado de Roraima. Falo só de área indígena e não de área de preservação. E aqui ainda não está a invasão dos índios Peripipis, que agora adentraram numa área entre os Municípios de Rorainópolis e Baliza. A FUNAI já identificou como área indígena, já foi demarcada, não houve sequer homologação e já está no mapa. O Congresso Nacional não tem competência porque não existe na legislação brasileira, na Constituição de 1988, previsão legal para que o Congresso se manifeste. Como que a FUNAI simplesmente com o Ministério da Justiça e a Presidência da República diz que aqui em Roraima tem que demarcar uma área indígena e a área vai ser essa? Os parlamentares, e os representantes legais do povo, os oito Deputados Federais devem sim ser ouvidos. Portanto, Senhora Presidente, nos 25 anos de comemoração da Constituição Brasileira, a nossa Constituição cidadã, se esse é o termo correto e, aproveitando o ensejo da visita da Ministra Ideli Salvati das Relações Institucionais, do Governo Federal, tendo em vista o Zoneamento Econômico Ecológico que está para acontecer, vamos fazer uma Moção de Apoio, com a assinatura dos 24 Deputados Estaduais, para que essa PEC 215 tenha o nosso apoio. No Estado de Roraima chega de reserva indígena e que, se possível, como prevê a PEC, rever as áreas demarcadas na Raposa/Serra do Sol sim. Para a grande parte dos indígenas não interessa a demarcação dessas áreas. Nós tivemos aqui uma audiência pública, aonde veio a Comissão da Amazônia e Integração Nacional: Deputados do Piauí e do Rio Grande do Sul, Deputados de Roraima e do Amazonas. E eu vi várias manifestações de representatividade de classes indígenas que são segmentadas. E eles dizendo: “Nós somos contra demarcação porque, em vez de unir índios e não índios, simplesmente, separam os co-irmãos. Estão separando índios de não-índios. E nós queremos união. Nós queremos produzir. Nós queremos trabalhar em sintonia com não-índio”. Então, não interessa, também, à grande maioria dos indígenas essas demarcações. Vejam só, Vossas Excelências, eu ouvi e todos que estiveram presentes naquela audiência pública ouviram, de um representante da Raposa, quando disse que estava aqui para dar o depoimento, mas como não era possível todos falarem, um só se manifestou e disse: “Estamos hoje passando fome na Raposa. Nós estamos passando necessidade, não temos o mínimo de subsistência, ou seja, o alimento. Quando havia produção naquelas áreas, os produtores de arroz, os rizicultores produziam e abasteciam todo o Estado de Roraima, o Estado do Amazonas e enviavam para todos os Estados da Federação. E os

indígenas não conseguem produzir o seu alimento dentro daquela área que já produziu para muito mais de dois milhões de habitantes”. Isso significa que os indígenas não têm perfil para produzir. E se não tem perfil para produzir, têm que ficar em área delimitada. É impossível que 46% de nossas áreas estejam nas mãos de 22 mil pessoas e as demais áreas nas mãos de 500 mil habitantes, que é o restante dos demais habitantes de nosso solo roraimense.

Portanto, Deputado George Melo, nós devemos sim. Eu peço à Senhora Presidente e aos demais deputados que a Mesa faça uma Moção de Apoio e que a 215 consiga ser votada no Congresso. Que nós possamos rever essas demarcações e que, daqui para frente, toda e qualquer área pretendida passe pelo Congresso Nacional, e as áreas que forem pretendidas aqui no Estado possam passar aqui nesta Casa, conforme a PEC que foi proposta pelo Deputado Mecias de Jesus. Nós queremos a união e a irmandade com os índios. Nós queremos produzir, nós queremos desenvolver o nosso Estado, que precisa gerar postos de trabalho. Hoje, nós temos mais de 20 mil estudantes em bancos universitários que quando saem não tem como ter acesso ao trabalho. Se nós não produzirmos, não vamos dar acesso nunca. Nós vamos exportar profissionais, quando antes importávamos profissionais. Então, eu gostaria que esta Casa, Senhor Presidente, eu vou requerer que nós possamos entregar essa Moção de Apoio da classe política de nosso Estado, da Assembleia Legislativa, em favor da aprovação da PEC 215. É um presente do povo de Roraima para a Constituição de 1988 no seu 25º aniversário.

Aparte concedido ao Senhor Deputado George Melo. – Deputado Brito, eu quero lhe parabenizar pela sua fala. Eu acho que essa discussão tem que ser sistemática nesta Casa, até porque hoje o que a gente vê, é declaração em jornais onde o indígena tem um representante que não respeita as estradas que estão fora da demarcação. A qualquer momento, quando querem chamar a atenção, eles se acham no direito de fechar essas estradas, causando um grande problema, principalmente para a população que está em Pacaraima e aos nossos irmãos amazonenses que fazem esse turismo. Então, quer dizer, nós já temos um comércio limitado, e quando se abre uma porta para que ocorra o exercício do turismo e do traslado, o que acontece? Para chamar a atenção, eles fecham essas estradas que não foram motivos de demarcação. As estradas estão fora, mas mesmo assim estamos vendo a liderança, que eu acho que tem que ter a punição do Estado. Esta Casa tem que dar todo apoio para que isso seja reprimido com severidade. Nós não podemos deixar que nossos irmãos de Pacaraima vivam esse tormento, assim como nossos irmãos venezuelanos e os turistas roraimenses e amazonenses que usam essas estradas. Parabéns pela sua fala! Eu queria fazer essa contribuição porque eu estou vendo, sistematicamente, essa BR-174 ser interditada naquela região do Surumu.

O Senhor Deputado Brito Bezerra continua. – Deputado, muito obrigado pelo aparte de Vossa Excelência. Nós já temos o problema da BR-174 com aquelas correntes na divisa de nosso município de Rorainópolis com a área indígena Waimiri-Atroari, que impede o direito constitucional de ir e vir do povo brasileiro e em especial do povo roraimense. Nós temos em torno de 22 mil indígenas vivendo em suas áreas. São 44 mil indígenas no Estado de Roraima, mas 22 mil vivem em áreas indígenas. Os demais, nas sedes dos municípios e uma grande maioria aqui na capital. Oito mil aqui na capital. E essas pessoas que vivem nessas áreas indígenas são assistidas com recursos públicos de quem trabalha e paga impostos. E ainda se acham no direito de dizer que nós não podemos adentrar no solo indígena porque o solo é deles! Ora, o solo pertence ao povo brasileiro! Nós temos que produzir nessas áreas. Nós não temos como trabalhar e manter essas pessoas nessas terras totalmente inoperantes e sem contribuir para a economia de nosso país. Vejam bem, as áreas demarcadas em nosso Estado já tem como os indígenas viverem confortavelmente se explorarem o turismo, o artesanato. Enfim, se os arranjos produtivos, que são potencialidades das áreas indígenas, forem explorados, eles já têm condições de sobreviver muito bem. O Governo mantém na gaveta 21 processos de demarcação de terras indígenas. Inclusive, prevista a ampliação no Estado de Roraima. A PEC 215 iria proibir que fosse feita por decreto e instituído por lei. Se for instituída por lei, Deputada Aurelina, todos nós vamos ter que aceitar porque foram votos de todos os representantes dos Estados, inclusive de Roraima, que tem oito Deputados Federais naquela bancada, mas instituídas por decreto não. É uma decisão unilateral de uma política que tem podado o crescimento econômico de nosso país, demarcando terras indígenas. É a política do assistencialismo, Deputado Xingu. Se você mantiver as pessoas longe da produção, longe do acesso ao financiamento, da dignidade de produzir

e se manter por si só, e ainda manter as pessoas longe do aprendizado literário, elas vão ficar sempre nas mãos daqueles que pleiteiam o assistencialismo. Em toda época de campanha política se aproximam com vale-alimentação, com o vale-gás, com bolsa-família. Com esses programas que só mantêm as pessoas na miséria. Assim, eles se perpetuam no poder.

Portanto, eu solicito da Mesa que possamos fazer uma Moção de Apoio à aprovação da PEC 215 no Congresso Nacional. Era isso, Senhora Presidente.

O Senhor Deputado Ivo Som – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, funcionários e a platéia que nos assiste, boas vindas a todos. Quero usar a tribuna para enaltecer o pronunciamento do Deputado Chagas feito na sessão anterior: valorizar a credibilidade do Exército Brasileiro. Conversei ontem com alguns amigos do Exército e vi a fundo que o nosso Exército não tem dúvida quanto à segurança nacional em todas as questões que vai tomar de conta. Gostaria de aplaudir o Deputado Coronel Chagas e quero deixar registrado que o Exército Brasileiro não só tem sido um grande guardião como, sem sombra de dúvida, tem sido um exemplo para o mundo. Quem lembra das questões do Haiti, sabe que nosso Exército Brasileiro foi um dos condecorados pela ONU. Os merecimentos do Exército foram em salvar vidas e, acima de tudo, resolver questões que ultrapassaram qualquer barreira.

Mais uma vez quero tocar no assunto dos jornais, visto que, às vezes, os invejosos e mentirosos querem aparecer. Esses que se acovardam mais uma vez dentro desta Casa, usam de manobras, usam seus servidores e outras pessoas. Isso é lamentável! Quem esteve aqui na Assembleia ontem à tarde viu que eu fiquei no meu gabinete até às 15:30 horas e fui direto para a CPI da telefonia, depois fui ao Banco do Brasil e retornei em meia hora. Ao retornar pela Av. Nossa Senhora da Consolata, e ao adentrar no estacionamento, fui vítima de um acidente. Aqui estão as fotos, tanto no meu celular como no celular da menina envolvida no acidente, a moça que bateu no meu carro. E o jornal que às vezes a gente parabeniza diz que, segundo fontes de informações de uma servidora da Assembleia, eu não tenho dúvida que isso é gente que manda, um servidor desta Casa jamais vai querer o mal de alguém desta Casa. Agora há deputados que se sentem tão blindados, se sentem donos desta Casa, que usam as pessoas. Não vamos usar as pessoas, vamos deixá-las pelo menos com dignidade para trabalhar e sustentar suas famílias. Vamos parar de usar o ser humano. Está na Parabólica de hoje. Dinheiro: o dinheiro e o poder são capazes de proporcionar situações, no mínimo, curiosas. No início da tarde de ontem, na saída do estacionamento da Assembleia, um deputado da base governista, no caso sou eu, Deputado Ivo Som, atropelou uma servidora recém empossada na Casa, que dirigia uma moto. Há suspeita de que a mesma teve fratura no dedo, mas o caso foi rapidamente abafado.

A vítima foi levada rapidamente para o estacionamento e lá convencida de que teria todo o apoio necessário. De início, o mais grave, já recebeu uma indenização no valor de oitocentos reais e nem sequer deixaram a moça falar. Isso é uma mentira muito covarde. A menina acabou de me ligar, ela quer vir aqui, ela mesma quer tomar providências. Ainda bem que Deus é tão bom que não aconteceu nada com a menina. Ela apenas saiu de onde ela trabalha, no Receituário Ótico. Eu estava parado com o sinal ligado e é mentira desse jornal, jornalzinho que começo a colocar em cheque e quando a gente parabeniza não vê o jornal agradecer. Quando é para inventar mentira, inventam. Nós vamos procurar a justiça, vamos entrar com as ações. Vou querer que provem quem é essa servidora que vazou isso e vamos querer que esse jornal prove o que disse na matéria. A moça é uma militar desta Casa, é uma pessoa séria. A Polícia Militar chegou ao local do acidente, a primeira pergunta que fizemos foi perguntar se ela estava bem, e ela respondeu que sim e já queria sair dirigindo a moto. Nós é que não deixamos. Conversamos com ela e a convencemos para esperar um pouco para sair. Ela me ligou chorando, perguntando quem inventou essa história de que ela tinha recebido dinheiro de mim, dizendo que não é mulher para isso, que seu esposo é da alta sociedade e não tem necessidade de ficar recebendo dinheiro de ninguém. Isso tem que parar. Nós vivemos em um ninho de cobras! Eu já estou sabendo que foi um Deputado que mandou uma servidora falar isso para o pessoal da folha. A gente sabe das coisas, só que aqui os atos são tão covardes que ficam usando as pessoas. Meu assessor Ângelo já falou até com a pessoa e ela disse que fez isso a mando de alguém. A gente vai confirmar quem é. Não precisam fazer isso! Que nível é esse? Para que isso? Eu sim que fui a vítima, pois meu carro foi batido

na lanterna traseira, estava com meu carro parado, com sinal ligado, e mesmo assim a pessoa que bateu no meu carro, nós socorremos e esperamos que ela estivesse bem para poder deixá-la ir embora. Ela já me ligou, disse que está bem e que ficou revoltada com esta matéria. Quando dizemos que tem que se ter seriedade nas informações é porque essa matéria cabe processo. Isso desmoraliza uma servidora concursada, empossada nesta Casa. Todos vão saber quem é. Todos vão conhecer porque ela tomou posse esses dias e estará trabalhando nesta Casa, e a pessoa que falou isso para a imprensa também pertence a esta Casa.

Aparte concedido ao Senhor Deputado George Melo. – Deputado Ivo Som, quero me solidarizar com Vossa Excelência, dizer que tem muitas pessoas aqui que gostam de você. Isso não pode ser generalizado. Ainda bem que Vossa Excelência foi extremamente sensata em direcionar, mas, gostaria de pedir a Vossa Excelência que chame sua assessoria jurídica e entre com uma ação contra o jornal, leve para frente, porque é dessa forma que isso vai parar. Não adianta Vossa Excelência vir aqui com esta fala, com este sentimento e deixar isso quieto, pois não vai resolver. Então, peço a Vossa Excelência que entre com a ação em juízo contra a Folha, para a Folha se retratar, pois isto causa danos morais e materiais irreparáveis a Vossa Excelência. Então, Vossa Excelência tem todo direito de tomar providências e peço que faça isso. Não deixe passar, porque se Vossa Excelência fizer isso, tenho certeza que da próxima vez o jornal mandará alguém para primeiro se certificar do ocorrido para depois fazer a matéria.

O Senhor Ivo Som continua. – Obrigado, Deputado. Peço ao setor de taquigrafia que inclua o aparte do Deputado George no meu pronunciamento.

Da mesma forma, Deputado George, foi quando um cidadão apareceu aqui no plenário e disse o seguinte: “Deputado Ivo Som, cumpra com a sua palavra, pague-me”. Ele foi mandado aqui por um Deputado, que inclusive pagou essa faixa. Já tenho o recibo de quem mandou fazer. Esse rapaz levou para o gabinete dele. Ele manda fazer esse tipo de coisa.

Agora aqui, Deputada Aurelina, duvido se eu participei desse acidente. Essa pessoa atropelou uma senhora com uma criança recém nascida. Queria extorquir essa moça em frete à loja de veículo, na Avenida Consolata. Ia passando juntamente com outros Deputados, fomos solidários, e ele tentou extorquir essa Senhora. E aí dissemos a ele que o certo seria o caminho da legalidade. A senhora pagou o conserto da moto, deu 150 reais para ele, mandou arrumar a moto dele, e ele achando pouco, queria mais 1000 reais. No dia que ele colocou a faixa, quando anunciaram que a mulher do acidente estaria aí, ele sumiu do nada. É incrível isso.

Mas há mais para Deus ver do que o diabo para intervir. O dia de amanhã pertence a Deus. Todo esse mal, todos esses que têm o coração maldoso, esses que usam as pessoas, não tenham dúvidas, não se criam. Pois pode até tardar, mas não falha.

Quero ser solidário a essa senhora de ontem, que nós juntos, como qualquer cidadão que esteve comigo, houve uma colisão do meu carro com a moto dela. Meu carro está aqui no pátio da Assembleia. Não é uma Hilux, não é uma SW4, é uma Saveiro, placa NAH 8803, e está no meu nome. Não faço como muitos que, às vezes, se acovardam, fazem coisas obscuras, se escondem e abafam. Eu acho que quem erra tem que ter a responsabilidade de assumir seus erros.

Quero aqui, para finalizar, pedir bom senso, pois acho muito triste usar um servidor desta Casa, que está na iminência de perder seu emprego. Se você não tem capacidade de fazer, não use as pessoas. Deixe as pessoas fora disso, vamos deixar as pessoas trabalharem dignamente, vamos deixar os servidores desta Casa, que são o elo e a transformação de quem faz o trabalho digno para nós aqui. São todos eles, com exceção daquele jornalistazinho lá. Com certeza, ele deve ter recebido as notificações judiciais, e o que ele me mostrou lá, ele vai responder aqui. São 7, 8 ações que a nossa assessoria já está providenciando para ele.

Vamos deixar as pessoas trabalharem! Quero parabenizar todos os servidores desta Casa. Acho que vocês são merecedores do trabalho de cada um de vocês. Só não aceito que alguém fique usando as pessoas como se fosse dono.

Que Deus abençoe. Muito obrigado!

Parabéns Roraima pelos seus 25 anos. Que Deus abençoe o povo roraimense!

O Senhor Deputado Mecias de Jesus - Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, companheiros que prestigiam a nossa Casa. Neste Sábado, Senhora Presidente, o Estado irá completar 25 de sua criação. A pergunta que todos devemos fazer é se existe algo de

concreto para comemorarmos. É sobre isso o meu pronunciamento nesta manhã, para mostrar a real situação de como se encontra o Estado de Roraima nos últimos anos, e o que temos de fato para comemorar.

Não faço oposição por fazer, procuro agir com sensatez e apontar dados concretos. Por isso faço aqui um convite a uma reflexão sábia para que, fora da exagerada campanha de mídia que mostra um Estado perfeito, lindo, maravilhoso, um pedacinho do céu. Possamos refletir sobre os rumos que o nosso Estado tomou, sobretudo, a partir de 2009. Faço uma ressalva aqui com relação a 2009, porque foi nesse ano que começamos a passar de um Estado com possibilidade de crescer economicamente, de gerar emprego, renda e melhorar na vida das pessoas para sermos um Estado quebrado, destruído, falido e, sobretudo, endividado.

Em 2009, Senhoras e Senhores, a nossa dívida não chegava a 100 milhões de reais; hoje, ultrapassamos a casa de 2 bilhões de reais de dívida externa. Foi a partir de 2009 que os prédios públicos começaram a ser abandonados e destruídos, com o governo iniciando uma corrida aos aluguéis milionários.

Foi a partir de 2009 que os empréstimos milionários de 200, 300, 500 milhões para a CERR, CAER, CODESAIMA do Governo do Estado, começaram a ser feitos, com promessas de solução para os graves problemas do Estado, mas o que aconteceu? Os problemas permanecem, as dívidas foram feitas e o dinheiro não existe mais.

Na educação, o que vimos todos os dias são escolas caindo, reformas milionárias que nunca terminam. Os professores tiveram que fazer greve, mas o caos ainda se manteve. Com raras exceções e graça ao esforço e dedicação pessoal de alguns professores e gestores que ainda temos escolas razoáveis. Escolas essas poucas que o governo usa para fazer propaganda, fazendo crer que nós temos uma educação de primeiro mundo. Pontes estão caindo em todos os lugares do Estado, em todas as regiões. As estradas estão intrafegáveis, obras milionárias em todos os setores estão para serem concluídas, enquanto o governo do Estado implora para passar obras importantes, como o hospital do Pintolândia, porque não deu conta de concluir a obra e porque tem certeza que não terá capacidade de administrá-lo. O novo hospital, o Governo tenta empurrá-lo para a Universidade Federal de Roraima.

A partir de 2009, foi dito que as estradas federais de Roraima seriam de primeiro mundo, e, embora o Estado tenha recebido somas incalculáveis de recursos, as principais estradas de Roraima estão em situações precárias, com exceção de alguns trechos na BR 174 sentido Manaus. Para Pacaraima, a BR 174, a mesma, está em situação caótica. A BR 210, que liga Novo Paraíso a Caroebe, São Luís, Entre Rios, Baliza, onde já foram gastos e enterrados muitos e muitos milhões de reais, a estrada está totalmente intransitável, intrafegável. Da mesma forma é a estrada para Normandia e a estrada para o Município do Uiramutã. As estradas vicinais não tiveram melhor sorte. Apesar da propaganda dizendo que elas estão sendo asfaltadas, mas a realidade é outra. E a quase totalidade das nossas vicinais estão em situação mais do que precárias, com pontes caídas, quebradas, e os produtores sem condições de trafegarem, de escoar o seu produto, e o Governo fazendo propaganda de que elas estão a mil maravilhas. Para quem não anda no Estado, para quem não conhece o interior, para quem não anda nas vicinais, acredita nas propagandas que o Governo faz. Problemas como a segurança se agigantaram, deixaram o PCC tomar conta de tudo e até a própria Polícia Civil sucumbiu diante de tantos desmandos e hoje vimos que, além de todos os descabros que a segurança pública vive, a penitenciária está servindo, tão somente, como palco de luta livre. O medo assola e toma conta do nosso Estado e das nossas famílias. A questão fundiária que seria a redenção de Roraima foi alvo de uma verdadeira máfia de grileiros que nunca vieram a Roraima, inclusive, muitos deles, em um complexo e previsível enredo. A Universidade do Estado de Roraima foi sucateada e transformou-se em um feudo de aliados do Governador e vive hoje à míngua. Ainda na educação temos um grave problema: por vários meses milhares de crianças têm ficado sem aula porque o transporte escolar não está sendo pago, as empresas não recebem e fazem greve para receber o que lhe é de direito. Os servidores das empresas terceirizadas, Senhor Presidente, a mãe merendeira, servidores das escolas, servidores dos prédios públicos, dos hospitais, ficam meses e meses sem receber. O Governo não paga as empresas e as empresas não pagam os pais de famílias que precisam tanto desses salários para sustentar seus filhos. Por essas e outras, Roraima não é mais um Estado em que se pode acreditar no desenvolvimento imediato, pois tanto mal fizeram ao nosso Estado que o próximo governante terá que iniciar, tão logo

assuma o Governo, um processo de recuperação rápida do desmonte que o Estado de Roraima está sendo vítima. Não tiveram dó da nossa gente, não tiveram dó dos trabalhadores, dos agricultores, dos comerciantes, dos empresários, dos pecuaristas, dos servidores públicos, daqueles que precisam de emprego. Não tiveram piedade! A população está desassistida e abandonada. Não tem educação, não tem saúde, não tem estrada e não temos esperanças, sequer podemos reclamar, porque grande parte da mídia está comprometida com o atual governo, salvo alguns jornais, alguns meios de comunicação, como o jornal Folha de Boa Vista, como a TV Ativa, o Jornal Roraima Hoje. Alguns pouquíssimos meios de comunicação é que levantam a voz e defendem o interesse dos excluídos, daqueles que, de fato, precisam da nossa gente, do nosso apoio e da nossa luta. A questão agora, Senhoras e Senhores Deputados, passa a ser a seguinte: o que acontecerá com Roraima nos próximos anos? Teremos condições de nos recuperar? O que será de nossos filhos e netos? O que será das próximas gerações diante de tão caótico quadro que se encontra Roraima. Precisamos reagir, precisamos lutar para defender os interesses reais da nossa gente. Não podemos ficar calados diante do império, da força e do poder que se instala. É preciso que a gente possa lutar defender, porque tem muita gente que gostaria de falar, mas não tem oportunidade, não tem vez e aqui o nosso direito e a nossa obrigação como deputados é fazê-lo, é defendê-los. Espero que a população de Roraima, sabiamente, possa entender o que de fato está acontecendo em nosso Estado e em breve iniciar um processo de transformação em busca de melhores dias para todos nós. Acredito no funcionamento das instituições. Acredito que aqueles que fizeram mal para o nosso Estado, haverá um dia de prestar contas para a justiça e para Deus, deixando a lição de que os recursos e os bens públicos são para o bem da sociedade e não para o enriquecimento dos governantes, de seus sócios, de pequenos grupos, seja ele familiar ou de amigos. Roraima não suporta mais quatro anos sendo administrado dessa maneira. Essa forma de governar deixou Roraima falida, quebrada e endividada. Isso foi dito há um ano pelo próprio Governador que aí está que o Estado estava falido, quebrado. Foi o Governador quem disse, é visível isso. Roraima não suporta mais isso. Mas, deixo aqui, Senhoras e Senhores Deputados, amigos, esse apelo para que juntos possamos encontrar formas de fazermos e levarmos adiante grandes projetos que possamos, de fato, tirar Roraima desse lamaçal que está. Dessa desesperança que se encontra para um futuro que nós temos que trabalhar que deixou no passado. Mas, esse passado em breve haverá apenas de ser passado e a gente construirá um Estado de fato, um Estado que todos nós queremos.

Quero aqui, Senhor Presidente, abrir um parêntese para falar dos servidores desta Casa Legislativa, em especial, daqueles que tomaram posse na terça-feira. Quero aproveitar a oportunidade para fazer breves considerações sobre essa luta que culminou com a posse de 48 servidores. Quero agradecer aos servidores desta Casa que foram responsáveis pela realização do concurso, bem como aqueles que trabalharam agora para que ocorresse a posse. Agradecer, em especial, ao Presidente Chico Guerra porque teve a coragem de empossá-los, mesmo sabendo que ainda há brechas para questionamentos jurídicos. Por oito anos fui Presidente desta Casa e, desde o primeiro mês, tínhamos como meta a realização de concurso público, mas, para quem está de fora, tudo é muito simples. Administrar um poder desse porte, construir a nova sede do Poder Legislativo, construir e criar a ESCOLEGIS, o CHAME, a sede dos servidores da Assembleia Legislativa, fazer programas sociais para melhorar a situação dos servidores e da população como o pagamento de benefícios e criação de incentivos, como a Bolsa-Educação, o Auxílio-Saúde, Auxílio-Alimentação e Auxílio-Transporte, parece fácil para os críticos, mas não é tão simples assim. Essa Casa nunca será administrada por uma única pessoa, será sempre um colegiado que representa os 24 Deputados. Isso leva o gestor a estabelecer prioridades e foi isso que tratamos em nossa gestão, estabelecemos metas, demos prioridades e buscamos a realização dessas metas. É do conhecimento público que, se não fosse a intervenção do Ministério Público, essa posse que ocorreu na terça-feira já era para ter ocorrido há muito tempo. Eu acompanhei de perto essa luta, eu também fiquei muitos dias sem dormir junto com os servidores que foram aprovados, porque eu, mais do que ninguém, tinha a luta de provar que não houve mazelas e aqueles que passaram, foram de fato, os que mais estudaram, e, portanto, mereciam. Portanto, fiquei junto com todos eles na esperança que este ato viesse a acontecer e, graças a Deus, a justiça do Estado de Roraima prevaleceu e o Presidente Chico Guerra, juntamente com a mesa Diretora, teve a decência e a grandeza de dar posse a eles, e eu quero agradecê-los por isso.

Mas o que importa neste momento é que esta Casa dá um passo importante para sua profissionalização, contratando servidores na forma da lei, e oferecendo para os parlamentares e para sociedade uma nova e moderna forma de funcionamento desta Casa. Coloco-me à disposição destes novos servidores, afinal sempre estive ao lado dos servidores e trabalhadores deste Poder, sempre estive ao lado daqueles que carregam esta Casa nos ombros, porque os Deputados por aqui passam, se elegem, mas também podem perder as eleições, mas os servidores que estão aqui, há mais de vinte anos, estes sim é que, de fato, carregam esta Casa legislativa nos seus ombros, com seu conhecimento e com sua experiência. Farei o possível para que esta Casa tenha um funcionamento cada vez mais adequado por longos e longos anos, contando, é claro, com a bênção de Deus e com o apoio dos servidores desta Casa Legislativa. Muito obrigado!

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Convoco os Senhores Deputados para apreciação da pauta da Ordem do Dia.

Não haverá Ordem do Dia por falta de quórum regimental para deliberação. Passaremos para Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Ivo Som – Só para deixar registrado, eu ouvi com todo respeito o pronunciamento do Deputado Mecias de Jesus, e quero discordar em alguns pontos. Por exemplo, podemos citar aqui, e vou ser breve porque temos pouco tempo para falar. Roraima tem muito a comemorar, não só tem muito a comemorar como tem pessoas que sabem disso, através de tudo que o Estado tem ganhado. Se não fosse pelo Governo Federal virar as costas para o nosso Estado, a situação seria bem melhor. Peço licença para citar alguns tópicos: Roraima é o primeiro lugar em frequência escolar do Brasil. Vi ontem uma matéria na Rede Record, citando exemplo que outros Estados sigam o nosso Estado. Asfaltamento da BR 174, quem é que sonhava! Quem não lembra a humilhação que os pais de família passavam quando chegavam ao Amazonas para carregar seus caminhões e tinham que passar até 10 dias com seus caminhões atolados, perdendo suas mercadorias como verduras... Tudo isso acontecia porque não tínhamos estradas, porque os que passaram só se preocuparam com eles, mas não com a sociedade. Hoje você vai ou volta do Amazonas em 7 horas de viagem. Isso é um asfalto de qualidade. Energia! Quem não lembra! Esqueceu-se? Vá para o lado do Taiano, olhe para o lado da rodovia e veja o tanto de postes que têm jogado, mesmo porque o Governo não poderia pegar aqueles postes e colocar energia porque há uma ação judicial no Supremo até hoje. Estão ali para prestar contas dos desvios da época. Hoje temos energia, não vou dizer que é das melhores, nem cem por cento, mas nem se compara a energia de hoje com a passada. Jatapu! Estão lá os convênios, estão fazendo! Nunca em Roraima se viu um Governador asfaltar vicinais, e quando se reforma não é de qualidade. Perguntem aos moradores da Serra Grande 1 e 2, vão a Samaúma e Campos Novos. Eu estaria mentido se dissesse que tudo está perfeito, mas quero falar do que foi feito. Vamos falar de mais de seis mil e quinhentos concursados que tomaram posse e mais de três mil seletivados. Vamos falar de projetos que são reconhecidos internacionalmente, e vão ser aclamados na semana que vem como os melhores projetos sociais já vistos. A Primeira Dama esteve em São Paulo e vai está em Curitiba recebendo o selo de qualidade social. Eu falo do “Viva Comunidade” e “Viva Melhor Idade”. Quem cuida dos adolescentes e dos velhinhos e ainda teve tempo de se preocupar com os recém-nascidos? Quem não gosta de crianças, adolescente e dos velhos? E isso a Primeira Dama tem feito com as grandes ações sociais do Estado de Roraima. Eu quero dizer a Vossas Excelências que tem muito o que fazer sim, mas se compararmos com os que passaram, veremos que muita coisa foi feita. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Marcelo Natanael – Antes de convocar a Comissão Especial para arguição do doutor Stélio Dener, quero fazer uma consideração que me deixa cada vez mais entristecido e convicto de não participar de uma reeleição. Ao ver em uma quinta-feira um lado defender um jornal, outro lado defender o outro. Enquanto isso, quantas matérias importantes deixam de comentar! A gente só ver acusações, muitas das vezes até infundadas, e é por essa razão que eu ainda não fiz o meu anúncio de que eu não vou ser candidato nas próximas eleições. Estava conversando com o Doutor Erci, e é engraçado que o mais novo e o mais experiente não vão ser candidatos, e uma das razões é essa. Tantas coisas importantes para ser votada, tanta gente para nós defendermos aqui, e o que vemos é briga por defender um jornal, dizer que a Folha de Boa Vista que é um jornal sério, um jornal de maior credibilidade, aqui ser colocado de uma maneira como se o Deputado mandasse na Folha de Boa Vista. Estou falando, mas nem conheço o doutor Getúlio Cruz e a sua filha, apenas

de cumprimento, mas a gente vê sendo colocado aqui como se os deputados de oposição mandassem lá, e também eles dizerem que o novo jornal que está circulando fosse do Anchieta. Eu acho que não é por aí o caminho; nós estamos com brigas de meninos aqui dentro da Assembleia.

Quero convocar os Senhores Deputados: Erci de Moraes, Célio Wanderley, Dhiego Coelho e George Melo para darmos início à arguição do doutor Stélio Dener para ocupar o cargo de Defensor Geral da Defensoria Pública, indicado pelo Executivo.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhora Presidente, gostaria que o Senhor Deputado Ivo Som me dissesse onde fica esse Estado que ele falou, pois quero ir morar lá, onde tem tudo isso que Vossa Excelência falou. Quero me mudar hoje, não quero demorar não. Senhora Presidente, o que quero comemorar é uma notícia que o Jornal Folha de Boa Vista, que tem credibilidade neste Estado, trouxe, dizendo que a Polícia Federal fez uma busca e apreensão em órgãos públicos e privados, e que deu início às seis horas da manhã a operação chamada “Terra Nulis” – terra de ninguém, com mandados de busca e apreensão de documentos referentes a irregularidades fundiárias no ITERAIMA – Instituto de Terras de Roraima. Ao todo, são dez mandados de busca, sendo oito em Roraima e dois no Rio Grande do Sul. Conforme a Polícia Federal, os agentes buscaram vinte e dois processos que foram solicitados ao ITERAIMA e que não foram entregues. Entre os Alvos estão o ex-procurador Valdemar Albrecht e o ex-Presidente do órgão. Funcionários suspeitos de serem usados como laranjas foram encaminhados à Polícia Federal para prestar esclarecimentos. Obteremos mais informações sobre o caso no decorrer do dia. Isso, senhora Presidente, a imprensa traz para o povo do nosso Estado, isso é dar publicidade aos fatos. Quero dizer que o anseio do povo do nosso Estado em ver essa questão fundiária passada a limpo, com transparência, está começando a acontecer. Disseram que o ITERAIMA tinha enviado todos os processos para a Polícia Federal; hoje vemos com esta notícia que não corresponde à verdade, pois a Polícia Federal solicitou vinte e dois processos e nunca foram entregues a ninguém. Por isso a Polícia Federal teve que expedir mandados de busca e apreensão para que esses vinte e dois processos chegassem às suas mãos. Ouvi tanto aqui nesta Casa o Presidente do ITERAIMA dizer que todos os processos estavam nas mãos da Polícia Federal, e não estavam, senão a Polícia Federal não teria expedido todos esses mandados. Quero dizer, Deputado Ivo Som, que o meu sonho é ver esse Estado em boas mãos, com gestores públicos que tragam dignidade para seu povo. É simplesmente devolver ao povo do nosso Estado os recursos que são pagos com impostos de todo seu consumo e serviços que consumimos todos os dias. Portanto, quero parabenizar a Polícia Federal por esta ação, que vai atender aos anseios do nosso povo, que é dar transparência e o desfecho final para punir aqueles que ludibriaram a lei e roubaram e venderam terras públicas, terras do nosso povo aqui do Estado de Roraima. Obrigado. Parabéns à Folha por dar a notícia, em primeira mão, para todos os roraimenses. Obrigado.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Senhora Presidente, gostaria, apenas, de convocar os membros da Comissão de Terras para uma reunião rápida, após a Sessão Plenária, apenas para deliberarmos sobre uma audiência pública. Gostaria também de pedir uma carona ao Senhor Deputado Brito Bezerra, pois também quero ir morar nesse Estado que o Deputado Ivo Som falou. Obrigado.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Também gostaria de me dirigir ao Deputado Ivo Som, para dizer-lhe que também quero morar nesse Estado que ele falou. A Serra Dourada está, há seis meses, interdita, com duzentos e oitenta famílias ilhadas, porque o Governo do Estado não tem a capacidade de colocar o lastro, chama-se tabuleiro, em uma ponte de noventa metros. Nós nos reunimos antecorrem e conseguimos dois mil litros de óleo com a Prefeitura de Caracará para tentar dar trafegabilidade, à BR-210, a bela 210. O Governo do Estado já fez mais de cinco contratos de conservação, já colocou uma placa lá de setenta e oito milhões de reais e a estrada está abandonada. Aqui no rouxinho, os caminhões estão caindo porque as pontes estão apodrecidas, não tem condições de passar carros, do mesmo jeito que estão apodrecidos os colégios, as delegacias. O Governo do Estado tem obrigação de fazer, ele não pode se omitir e fazer uma propaganda enganosa sobre asfaltamento, como está fazendo, deixando as regiões que mais produzem, abandonadas. Então, gostaria de saber, com todo respeito e carinho, onde fica esse Estado, porque Roraima não é, pois sou mais velho que o senhor e moro aqui há trinta e dois anos. Obrigado.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Gostaria de

falar ao Deputado Marcelo Natanael. Marcelinho, não sei se lhe dou os parabéns ou se fico triste, pois você é uma criança, tem idade para ser um dos meus filhos mais jovens, que entrou aqui cheio de sonhos, tenho certeza disso. Ouvi muitas vezes você dizer que queria que eu fosse seu espelho e hoje vejo que no seu primeiro mandato você tem uma decepção muito grande, pois assim foi seu desabafo com o Poder Legislativo, ao ponto de dizer que não quer mais ser candidato. Não sei se lhe parabeno porque não sei se vale a pena parabenizar ninguém que é político hoje, mas lhe desejo muita sorte na sua vida, pois sei que é um menino competente e jovem e sei que tem um futuro brilhante pela frente e tomara que eu pense assim daqui a pouco. Quero parabenizar o Estado de Roraima pelos seus vinte e cinco anos de criação e dizer que faz trinta e cinco anos que moro aqui. Cheguei aqui quando era Território, e o lugar paraíso para se viver, Deputado Gabriel, é aqui mesmo, é esse lugarzinho aqui, é esse lugarzinho que a gente ainda pode andar com tranquilidade, que ainda pode brigar se não conseguir uma consulta no mesmo dia ou no dia seguinte. É um Estado que tem problemas como tantos outros. Fico triste quando vi hoje a questão da demarcação das terras indígenas, que o Estado de Roraima tem sido vítima de um Governo Federal que não quer nem saber se existe esse pedacinho de Brasil. Fico triste com um Governo Federal que esconde debaixo de suas asas os projetos de assentamentos do Estado e deixa lá, como deixou os indígenas e os colonos abandonados sem assistência técnica, sem estradas, sem escolas. Esse não é o modelo de colonização que o Brasil prega. Fico triste quando vejo uma BR-210, do Governo Federal, sendo negado o direito ao trânsito aos moradores dos três municípios que ali se situam. Fico triste de ver um Estado ser criado sem um palmo de terras e que até hoje o Estado ainda não pode exercer o seu direito de tê-lo. Fico triste de ver produtores, madeiros, comerciantes de serrarias, que é um produto básico da nossa economia, todos assustados e oprimidos pela força das leis federais que escondem por trás de si a defesa do meio ambiente, do meio ambiente que o Brasil já abandonou há muito tempo. Fico triste porque vejo que para construir uma BR, uma RR que é uma estrada estadual, um hospital, uma Universidade, o Governo tenha que pedir empréstimos, endividar o Estado para poder fazer, para poder fazer rede de esgoto, para poder implantar sistema de água potável, para poder recuperar a usina de Jatapu, que acabaram, para tirar Roraima do lamaçal, porque as ruas de Boa Vista, as estradas, as BRs estavam péssimas e para tirá-las dessa situação tivemos que endividar o Estado. Para tirar Roraima da escuridão devido àqueles postes quebrados da energia de Guri daqui para o Mucajái, com Iracema e Rorainópolis no escuro, tendo que alugar gerador para poder ter energia, com Jatapu a usina de acabada, com as vicinais de Baliza, São Luiz e Caroebe sem um poste, com os fios no chão. Para fazer o linhão de 69 lâ para o Bonfim, Alto Alegre e Cantá. Pois quando se expandiu as redes não tinha geração de energia e tínhamos Guri já contratado e por isso tivemos que fazer empréstimos neste Estado, para tirar da sarjeta, para fazer esgotamento, para levar água potável para os bairros, para aumentar salários, para termos professores com os salários mais altos do Brasil, para trazer para cá um serviço de oncologia pagando especialistas, para aumentar o número de leitos na UTI que há vinte e cinco anos não se aumentava nem um, para se ter a perspectiva de mais um bloco no Hospital Geral que se inicia agora, para se iniciar o Hospital das Clínicas, para se construir delegacias de polícia. Para tudo isso teve que se endividar o estado. Para Roraima ser reconhecida como a Cidade Universitária do Brasil, o Governo

tem que pagar bolsa, devendo, aos trancos e barrancos, porque a cada dia a principal fonte de renda deste Estado, que é o FPE, que vem do Governo Federal, a título de medidas politiquieras, o Governo Federal leva daqui e nós ficamos aqui olhando. Então, em função de tudo isso, por tudo isso, nós não crescemos mais, mas o paraíso para se viver, que o Deputado Ivo falou e que nós reconhecemos, ainda é este Estado e seu crescimento foi muito grande. Tenho muito orgulho de aqui viver e de lutar por um Estado melhor e vou lutar ainda por muito tempo por isso. Parabéns ao Estado de Roraima.

E, não havendo mais nada a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 08 de outubro, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Águda Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, George Melo, Ionilson Sampaio, Ivo Som, JalserRenier, Jânio Xingú, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria e Soldado Sampaio.**
Aprovada Ata Sucinta em: 08/10/13

ATAS COMISSÕES

ATA 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA NOS TERMOS DAS RESOLUÇÕES Nº 013 E 14/13, DENOMINADA CPI DA TELEFONIA, PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às quinze horas, na Sala de Reuniões, altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico 202, realizou-se, extraordinariamente, a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, criada nos termos das Resoluções nºs 013 e 014/13, destina a “**Apurar como fato determinado a responsabilidade por danos ao Consumidor na prestação inadequada de serviços de Telefonia Móvel oferecidos pelas operadoras que atuam no Estado de Roraima, nos termos do art. 24, VIII da Constituição Federal**”

Composta da seguinte forma: **Presidente: Deputado Coronel Chagas; Vice-Presidente: Deputado Erci de Moraes; Relator Deputado Flamarion Portela e Membros: Deputados, Ivo Som e Brito Bezerra.** Havendo Quorum Regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a reunião, solicitou à Secretaria proceder à leitura da Ata da reunião anterior. Feita a leitura da Ata, o Senhor Presidente **Coronel Chagas** colocou-a em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. Por determinação da Presidência da Comissão, a Ata será transcrita na íntegra. **O Senhor Presidente Deputado Coronel Chagas** – Senhores Deputados estamos chegando na reta final dos trabalhos desta C.P.I. e pergunto aos senhores membros se alguém tem mais alguma sugestão? Ou deseja fazer mais alguma diligência? Já que nenhum deputado deseja se manifestar determino a assessoria que organize o processo até o dia vinte e nove deste mês e passe às mãos do senhor Relator Deputado **Flamarion Portela** para emissão do seu Relatório Conclusivo. Como foi acordado com todos os Senhores convoco para o dia 06 de novembro às quinze horas, reunião para deliberarmos o Relatório Conclusivo. **Encerramento:** E nada mais havendo dou por encerrada a presente reunião e para constar, eu Márcia Brito Wanderley, secretária lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será publicada no Diário Oficial Desta Casa.

Dep. Coronel Chagas

Presidente da C.P.I. da Telefonia

Dep. Erci de Moraes

Vice- Presidente

Dep. Brito Bezerra

Membro

Dep. Flamarion Portela

Relator

Dep. Ivo Som

Membro